

A ÉTICA NA *PHILOSOPHICA*

Elisabete M. Sousa¹

(Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

A panorâmica do relevo dado à Ética nos vinte e cinco anos de existência da *Philosophica* está estruturada em três secções. Na primeira, são apresentados cinco números temáticos nos quais um número bastante significativo de artigos analisa questões éticas centradas em problemáticas e desafios contemporâneos; nesta secção, são igualmente apresentados artigos de outros números de *Philosophica* sobre matérias afins a estes números temáticos. Destacam-se, pelo assinalável conjunto de artigos no âmbito da disciplina da Ética, o n.º 25, “Ética-Mente-Consciência”, e o n.º 40, “Ética animal e Ética ambiental”. A par destes, apresentam-se ainda três números que abordam incidências éticas da tarefa do filosofar, designadamente, o n.º 12, subordinado ao tema “Filosofia e Direitos Humanos”, o n.º 39, denominado “Ontologias e Éticas”, e o n.º 45, justamente intitulado “Pensamento e Ética”. Na segunda secção apresentam-se dois conjuntos de artigos, respectivamente, em torno da ética espinosana e da ética kantiana. E, por fim, na terceira, encontram-se alinhados vários artigos dedicados ao pensamento ético de vários filósofos ou de diferentes escolas de pensamento.

I

Comecemos o nosso percurso por dois números que espelham cabalmente a indelével presença da ética em muitas vertentes da actividade filosófica. O n.º 12 (Novembro, 1998), “Filosofia e Direitos humanos”, assinala

¹ elisabetemdesousa@gmail.com

com um conjunto diversificado de artigos a passagem do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Pela perspectiva vincadamente ética, destacam-se os seguintes: “Ética e Direitos Humanos”, de Carlos Morujão (Universidade Católica Portuguesa, Lisboa), contém uma reflexão sobre os direitos do homem a partir da instância fundadora, a relação, baseada numa reinterpretação dos princípios da ética kantiana. Baseado também na obra do filósofo de Königsberg, Aylton Barbieri Durão (Universidade de Londrina), em “Kant e o suposto Direito de mentir por Filantropia”, desenvolve várias facetas do pensamento ético, jurídico e político de Kant, a partir da apresentação deste dilema ético-jurídico em torno da polémica entre Benjamin Constant e o filósofo alemão. E “O Doente psiquiátrico como Pessoa moral: entre o Direito à Saúde e o Direito à Autonomia”, da autoria de Cristina Beckert (Universidade de Lisboa), é um estudo de Bioética, no qual se confronta o plano jurídico da pessoa com o plano biológico do indivíduo através da análise de estudos de caso que tornam evidentes a ponderação entre o respeito pelo princípio da autonomia e o cumprimento do direito do benefício, concluindo que o consentimento, ou o assentimento, do paciente são sempre necessários. Quanto ao n.º 45 (Abril, 2015), “Pensamento e Ética”, reúne um amplo número de artigos que versam modalidades da tarefa de pensar diante das realidades defrontadas por diversos filósofos, em relação a temas candentes do seu tempo ou a questões fulcrais do seu próprio pensamento e obra tais como a argumentação de John Locke contra o ateu (“Considerações sobre o tema do Ateísmo de Locke”, de António Carlos dos Santos, Universidade Federal do Sergipe); o papel das noções de distanciamento e de questionamento em Nietzsche na busca da sua identidade como filósofo (“Sobre o Significado de uma Genealogia de Si no livro *Aurora* de Nietzsche; ‘Si’ Como o próprio Nietzsche e como filósofo”, de Jorge Luiz Viesenteiner, Universidade Federal do Espírito Santo); as raízes hermenêuticas do pensamento heideggeriano e a desconstrução e retomação como apropriação criadora da tradição (“Desconstrução e Retomação. Heidegger e a demanda do originário”, de Mafalda Blanc, Universidade de Lisboa); os argumentos que explicam a desconfiança de Levinas diante do misticismo e a redução da religião a uma ética na obra levinasiana (“Le Refus levinassien de la Mystique”, de Fabio Samuel Esquenazi, Universidade de Buenos Aires); e por fim, a reconstrução de alguns princípios de Husserl que determinam o vínculo entre verdade e intuição, seguida da apresentação da alternativa de Marion e Derrida para a consideração da verdade (“Do Fenómeno pleno ao Testemunho que falta: Gradações da Verdade em Husserl, Marion e Derrida” de Alice Mara Serra, Universidade Federal de Minas Gerais). No

seu conjunto, estes artigos espelham o carácter ético do pensar filosófico, tal como destacado por José Barata-Moura (Universidade de Lisboa) no artigo que abre o n.º 45, com o título “Traços do pensar filosófico”, cujos traços identificativos serão a crítica, a fundamentação, o estabelecimento correcto de problemas, o questionar, a definição do horizonte dos problemas, o desbravamento do leque dos possíveis, e compreender e transformar as realidades. Nos primórdios da *Philosophica*, mais exactamente no n.º 6 (Novembro, 1995) dedicado ao “Ensino da Filosofia-Filosofia do Ensino”, José Barata-Moura havia assinado o artigo “Filosofia e educação para o pensamento crítico”, no qual defendia um mesmo tipo de princípio condutor. Também neste número, Mafalda Blanc realçava o peso ético do ensino da filosofia em “Ensinar Filosofia: Educar para a Liberdade”, e Maria Teresa Ximenez (CFUL, Universidade de Lisboa) analisava a presença estruturante da Ética na educação para a cidadania nos currículos do Ensino Secundário.

O n.º 25 (Abril, 2005) reúne três áreas que ainda hoje despertam relevante interesse no campo da filosofia: a ética, a mente e a consciência. Quatro dos artigos deste número versam matérias consideradas do ponto de vista da ética ou de natureza essencialmente ética. São eles: “Ética e Consciência”, de José de Almeida Pereira Aredes (CFUL, Universidade de Lisboa), desenvolve uma reflexão que se assume incontornavelmente ética sobre diversos momentos da história da Ética, tomando como ponto de partida a questão da autenticidade; João Paulo Monteiro (Universidade de Lisboa), em “Realismo semântico e consciência do momento”, recorre à personagem Segismundo de *La Vida es Sueño* de Caldéron para defender o argumento céptico diante do argumento semântico; Sônia T. Felipe (Universidade Federal de Santa Catarina) assina um artigo sobre o estatuto do animal e o do homem, sistematizando as posições mais influentes sobre a relação e a dependência entre homens e animais, com o título “Natureza e Moralidade. Igualdade antropomórfica, antropocêntrica, ou ética?”; e em “Uma defesa do argumento de Marquis contra o aborto” Pedro Galvão desenvolve o confronto entre Don Marquis e David Boonin sobre a questão do aborto e a sua consecução como infanticídio.

O n.º 40 apresenta um conjunto de artigos subordinado ao tema “Ética animal e Ética ambiental”. A unir os primeiros três artigos encontramos a preocupação expressa dos respectivos autores em demonstrar como no cerne do relacionamento do homem com o animal e com a natureza está uma relação de identificação ou de exclusão. Cristina Beckert (Universidade de Lisboa) em “Espelho invertido. Reflexões sobre a Relação do Ser humano com os outros Animais”, desenvolve esta mesma relação argumentando

pela consideração ética dos não-humanos e pela admissão de uma ética *dos* animais e não simplesmente de uma ética *para* os animais. Paulo Borges (Universidade de Lisboa), em “Quem é o meu Próximo? Senciência, Empatia e Ilimitação”, reflecte sobre os dois mandamentos cristãos do amor a Deus e do amor ao próximo, precisamente através de uma reformulação do conceito de próximo que na proposta de Paulo Borges abranje todas as formas de vida e de existência. Em “‘Walden’: the «Art of living»”, através de uma revisitação da vida de Henry David Thoreau, Viriato Soromenho-Marques (Universidade de Lisboa) reflecte sobre a autenticidade de uma vida na qual a solidão e o isolamento são indispensáveis para a conquista da autonomia e da liberdade e estas, para um uso da natureza genuinamente sustentável. Dois outros artigos reflectem sobre interações entre Ética ambiental e Estética ambiental, e sustentabilidade, designadamente, “Perspectivas antropocêntricas e ecocêntricas da Estética ambiental: Contributos para a Sustentabilidade” de Jorge Marques da Silva (Universidade de Lisboa) e “Campos de Deméter: da Impossibilidade de Separar a Ciência, a Ética e a Estética na Hermenêutica da Paisagem”, António Queirós (CFUL, Universidade de Lisboa). No primeiro destes artigos o autor apresenta uma panorâmica histórica das interações entre estes domínios, salientando o papel da Estética ambiental no potenciamento da Ética ambiental; e no segundo, analisa-se a inevitabilidade da tensão gerada em determinados momentos da discussão filosófica por conceitos como natureza, cultura, ambiente e paisagem, como condição ideal para o surgimento afirmativo da Ética ambiental, permitindo a aplicação de princípios meta-éticos a todas as actividades humanas.

O primeiro artigo dedicado à ética ambiental havia sido publicado no n.º 29 (Abril, 2007), assinado por Lourenço Zancanaro (Universidade Estadual de Londrina), com o título “Ética ambiental e responsabilidade antropocósmica”. Nele, o autor, apoiando-se em particular na obra de Hans Jonas, defende uma ética da responsabilidade antropocósmica que possa pôr fim ao avassalador poder de destruição do antropocentrismo. Também no n.º 39, se encontra um artigo que, sob outra perspectiva, aborda a problemática da Ética ambiental: “Estética natural e ética ambiental, que relação?”, de Maria José Varandas (CFUL, Universidade de Lisboa), no qual a autora, citando Aldo Leopold e Allen Carlson, pugna pela contiguidade entre a estética ambiental e a ética ambiental.

II

O pensamento ético de Bento de Espinosa é extensamente analisado e comentado em dois artigos. O primeiro, “O Conceito de Liberdade na Ética de Espinosa”, da autoria de Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso (Universidade Estadual do Ceará – UECE, Brasil), foi publicado no n.º 27 (Abril, 2006) e o segundo, “O Desejo na Ética de Espinosa”, de Maria da Graça Tendeiro (FLUL), no n.º 28 (Novembro, 2006). Rocha Fragoso sublinha as relações entre a ontologia espinosana e o conceito de liberdade através de um comentário crítico centrado na Definição 7 da Parte primeira da *Ética*, a partir da oposição entre *res libera* e *res coacta*; em seguida, analisa a relação do conceito tradicional de liberdade com a vontade e a contingência, e a liberdade como autonomia necessária à existência e à acção, e também como necessidade intrínseca à essência. Por seu turno, Maria da Graça Tendeiro, centra o seu artigo no relevo dado por Espinosa ao desejo como modalidade específica do *conatus*, enquanto essência do homem, inexistente nos seres sem capacidade reflexiva, e orientado pela razão, a qual permite a autonomia diante do desejo sem o suprimir. A autora explica como a acção orientadora da razão permite a substituição das paixões negativas pelas positivas, e como a activação do desejo conduz ao conhecimento e, por sua vez, à libertação.

O contributo de Immanuel Kant para a disciplina da Ética é igualmente analisado em dois artigos substanciais, respectivamente “Comunità e Sentimento di Amicizia nell’Etica kantiana”, de Marina Savi (Università Degli Studi, Parma), incluído no n.º 23 (Abril, 2004); e “Actualidade e inactualidade da ética kantiana”, da autoria de Leonel Ribeiro dos Santos (Universidade de Lisboa), inserido no n.º 31 (Abril, 2008). Marina Savi reconstrói o pensamento kantiano sobre as relações interpessoais a partir da articulação do conceito de “reino dos fins”, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, com a secção da *Metafísica dos Costumes* dedicada aos “Deveres de virtude em relação aos outros”. Savi argumenta que a reciprocidade é o modelo de relações morais e que essa reciprocidade personaliza a relação de amizade através do equilíbrio entre o amor e o respeito, eixos da partilha e da comunicação que regem a amizade, explicando igualmente a crítica de Kant à compaixão enquanto simpatia empática, por retirar dignidade ao objecto de compaixão. O artigo de Leonel Ribeiro dos Santos debruça-se sobre o interesse em torno da filosofia prática de Kant manifesto em estudos recentes da filosofia moral, da filosofia política e da filosofia do direito, e discute se esse interesse indicia o crepúsculo da moral ou prenuncia o retorno da ética. Dado o carácter universalista da ética kantiana, o seu sentido cosmopolita e o estilo construtivista que a ela presidem,

o autor defende a aptitude do pensamento ético de Kant para este debate contemporâneo, em particular, diante de dois fenómenos, aparentemente contraditórios, designadamente, a globalização e o multiculturalismo.

III

Abrimos esta secção, com a referência a um artigo de Cristina Beckert, a filósofa que mais escreveu neste periódico sobre a matéria que aqui nos ocupa. Trata-se de um artigo que analisa questões relativas à Ética através de uma abordagem transversal. Publicado no n.º duplo 17-18 (Novembro, 2001), “Do ‘Crepúsculo do Dever’ à ‘Valsa das Éticas’” centra-se na passagem, que teve lugar em meados do século vinte, da moral à ética ou de um modelo racional, prescritivo e universal do agir, a um outro modelo, sujeito ao primado da emoção e da dádiva. Pondo em confronto as teses de Alain Finkielkraut, Gilles Lipovetsky e Luc Ferry, Beckert demonstra as ligações entre democracia e ética, relevando o compromisso dialógico diante da hipocrisia ética denunciada por Lipovetsky. Também um outro artigo adopta uma abordagem transversal para a discussão de questões éticas, designadamente, “A Ética dos Antigos e a Ética dos Modernos”, assinado por Enrico Berti (Universidade de Pádua), e publicado no n.º 28 (Novembro, 2006). Berti procede a uma análise crítica comparativa destes dois períodos num aspecto particular, a saber, as divergências conceptuais observáveis na relação entre a ética e a inteligência; o apêndice do artigo é dedicado ao lugar da ética na filosofia do século vinte, e a ética cristã é analisada no contributo dado para a relação entre ética e inteligência.

O novo milénio abriu com uma sequência de números que incluíram artigos em torno de aspectos particulares de obras ou do pensamento de filósofos, contendo interpretações realizadas a partir do ponto de vista da Ética. O n.º 16 (Novembro, 2000) inclui dois artigos com esta vertente: “John Rawls: el Giro contemporáneo de la Ética a partir de su Teoría de la Justicia como Imparcialidad”, de Femando Aranda Fraga (Universidad Adventista del Plata) e “Da Ética à Religião: Paul Ricœur e a *Antígona* de Sófocles”, de Sara Fernandes (FLUL). Aranda Fraga reconhece Rawls como herdeiro da corrente analítica que privilegia a Metaética; contudo, demonstra como o seu pensamento retoma a ética kantiana e como o seu construtivismo é de raiz kantiana, visível na doutrina deontológica da justiça de carácter universalista, marcada pela razão prática e pela autonomia. Sara Fernandes interpela directamente a validação de Ricœur do conflito entre *Antígona* e Creon como sendo apenas ético, propondo que este conflito só pode ser entendido do ponto de vista da concepção divina grega de um Deus cruel e satânico.

Por seu turno, os números duplos 17-18 (Novembro, 2001) e 19-20 (Novembro de 2002) contêm um número significativo de artigos que versam o pensamento ético de um conjunto diversificado de filósofos. A par do supracitado artigo de Cristina Beckert, o n.º 17-18 inclui o contributo de Teresa Antunes (FLUL), intitulado “A Natureza do Corpo e da Consciência em *La Nature* de Merleau-Ponty: uma abordagem ética”, e o de Sônia T. Felipe (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil), com o título “Da Igualdade. Peter Singer e a Defesa Ética dos Animais Contra o Especismo”. Teresa Antunes começa por comentar as semelhanças entre as teses de António Damásio sobre a relação entre o corpo e a consciência e análise pontiana dos mesmos conceitos em *La Nature*, e termina concluindo que há implicações éticas no entendimento feito pelo homem das suas relações com os não-humanos, os quais, tal como os humanos, estão sujeitos a um desenvolvimento natural. Sônia Felipe apresenta uma reconstrução do argumento de Peter Singer, que defende a aplicação do princípio ético da igualdade aos seres sencientes, recorrendo em particular aos conceitos de especismo, de sofrimento e de valor da vida. Quanto ao n.º 19-20, número temático dedicado à Estética e à Filosofia da Arte, incluiu dois artigos que sob ângulos distintos analisam o cruzamento entre a estética e a ética no pensamento de dois filósofos. São eles: “Estética e Ética em Monroe C. Beardsley”, de Victor Silva e “Da Obliteração: Reflexões Levinasianas sobre a Obra de Sosno”, de Cristina Beckert. Victor Silva filia as propostas estéticas de Beardsley numa linhagem de filósofos que busca articular o valor estético e o valor ético da obra de arte, dentro da especificidade de cada um deles, salientando o relevo dado por Beardsley ao valor moral da experiência estética, os efeitos imorais das obras de arte e o contributo do conteúdo moral para o valor estético da obra de arte. No seu artigo, Cristina Beckert parte da ideia de uma arte da obliteração em Sacha Sosno e de uma filosofia da obliteração em Emmanuel Levinas, analisando primeiramente o modo como Sosno pratica essa arte na fotografia, na escultura e na arquitectura, para em seguida, através de um reflexão de base levinasiana, questionar o alcance estético-ontológico, e mesmo ético, dessa experiência artística.

A construção do ético em Friedrich Nietzsche, através da transposição do dionisiaco em *pathos* filosófico e, em paralelo, da filosofia positiva de Nietzsche para a expressão do trágico, é o tema de “O Horizonte da Eticidade em Nietzsche”, da autoria de Vânia Dutra de Azeredo (Pontifícia Universidade de Campinas) publicado no n.º 32 (Novembro, 2008). A autora recorre ao conceito de *Übermensch* enquanto horizonte da eticidade no sujeito ao mesmo tempo que expõe um redimensionamento em termos

de compreensão do agir e do próprio agir. Fechamos esta panorâmica com a referência ao Prémio Prof. Doutor Joaquim Cerqueira Gonçalves de 2013, atribuído a Miguel Rebelo pelo seu ensaio “A Ética dos Deveres *prima facie*, de David Ross, será uma Forma credível de Deontologia?”, e publicado no n.º 42 (Novembro, 2013). Miguel Rebelo salienta a ética normativa de Ross como aproximação à ética, designadamente às intuições pré-filosóficas que comumente orientam os processos de decisão, analisando, em particular a deontologia dos deveres *prima facie*; e conclui, defendendo que as fragilidades da deontologia de Ross têm fundamento exactamente nos princípios epistémicos que a regem.